

## RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO DE 2017

Em cumprimento do Artº. 66 do Código das Sociedades Comerciais, a FJ – Corretores de Seguros Lda, com o NIF 503453900, com sede social na Av. da Boavista Nº205 Loja E, cidade do Porto, apresenta o Relatório e Contas do Exercício do ano de 2016.

### Nº 1 – Actividade em 2017

1. Verificou-se ter existido uma progressão na evolução dos negócios, durante este exercício, mas apesar desta progressão também cresceram os Gastos com Pessoal, pelo apetrechamento de mais recursos humanos, cujo intuito é fazer crescer a actividade da empresa. O resultado, reflecte por isso, uma descida no lucro líquido de impostos da empresa, que passou de 15.602,85 € no ano de 2016, para 3.903,81 € no ano de 2017.

### Nº 2 – Evolução e Perspectivas para 2018

1. Prevê-se um aumento em cerca de 10% de Facturação, no ano de 2018, que se situará à volta dos €150.000,00.
2. No entanto, e pese mais uma vez uma conjuntura adversa, é nosso objectivo e principal esforço o desenvolvimento de acções comerciais com vista à captação não só de novos negócios mas também na manutenção e estabilização da actual carteira.

### Nº 3 – Política Comercial

1. O volume de rendimentos (prestação de serviços -comissões) apresentado pela empresa no ano de 2017 foi de €134.493,80.
2. O nosso mercado de actuação reparte-se em duas grandes áreas vida e não vida. Sendo que o ramo Vida engloba Vida Cássico, que por sua vez engloba seguros em caso de morte, em caso de vida e mistos. Outro sub grupo do ramo Vida: produtos financeiros, seguros de investimento, poupança, reforma, fundos de pensões e operações de capitalização. No ramo Não Vida: acidentes trabalho, acidentes pessoais, automovel, responsabilidade civil, patrimonial e saúde.

### Nº 4 – Investimento

1. Durante o exercício de 2017, não existiram operações de investimento.

### **Nº 5 — Recursos Humanos**

1. O nível de recursos humanos ao longo do ano de 2017, foi contratada uma nova colaboradora para accessorar e prestar apoio nos processos de emissão de novas propostas de seguros e acompanhamento/assistencia aos clients actuais.

### **Nº 6 - Análise Económica e Financeira**

1. O volume de negócios da empresa, expresso em termos de Prestação de Serviços, sofreu uma evolução no exercício. Ele passou de €101.254,16 em 2016 para €134.493,80 em 2017, ou seja uma variação de (+) 33%. A rentabilidade das vendas (R. L.E./P. Serviços) situou-se, no presente exercício, em 3%. No exercício anterior havia-se situado em 15%.

### **Nº 7 - Factos do Periodo Subsequente**

1. No periodo subsequente ao encerramento das contas, não ocorreram quaisquer factos que se devam repercutir nas demonstrações financeiras ou que devam ser mencionados no presente relatorio.

### **Nº 8 - Informações Gerais**

1. A nivel de quotas proprias não existiu movimento anual. A empresa não detém, nem deteve, durante o exercicio de 2017, quotas proprias.
2. Durante o exercicio de 2017, não foram verificados negocios entre a sociedade e os seus gerentes.
3. Dando cumprimento ao estatuido no Artº21 do DL Nº441/91 de 17 de Outubro, informamos que a empresa em 31/12/2017, não registava quaisquer débitos em mora perante o Estado e Outros Entes Publicos.

### **Nº- 9 — Proposta de Aplicação de Resultados**

1. É proposta pela Gerência que o Resultado Líquido do Exercício de 2017, que se situou em (+) 3.903,81 €, tenha a seguinte proposta de distribuição:
  - Resultados Transitados — (+) 3.903,81 €,

Porto, 19 de Março de 2018

A Gerência  
  
FJ - CORRETORES DE SEGUROS LDA  
A Gerência



## DECLARAÇÃO DO ORGÃO DE GESTÃO

Ao Revisor Oficial de Contas

A presente declaração é emitida a vosso pedido, no âmbito do vosso exame às demonstrações financeiras da sociedade **FJ – CORRETORES DE SEGUROS, LDA.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2017, (que evidencia um total de 63.282,40 euros e um total de Capital Próprio de 44.156,91 euros, incluindo um Resultado Líquido de 3.903,81 euros), conducente à respectiva Certificação Legal das Contas.

Reconhecemos que é da nossa responsabilidade a preparação das demonstrações financeiras e que estas apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado das operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detectar eventuais erros ou irregularidades.

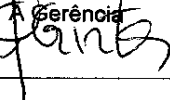
Confirmamos, tanto quanto é nosso dever conhecer e nossa convicção, que:

1. Pusemos à vossa disposição todos os registos contabilísticos e respectivos suportes documentais e outros, assim como toda a correspondência relevante e as actas de todas as reuniões dos accionistas/sócios e dos órgãos sociais e comissões.
2. As demonstrações financeiras não se encontram afectadas por erros ou omissões materialmente relevantes.
3. Todas as operações e condicionalismos respeitantes ao capital social estão adequadamente registados e divulgados.
4. Estão registados todos os activos de que a empresa é titular e não existem acordos ou opções de recompra, ónus ou quaisquer outros encargos sobre os mesmos, para além dos divulgados no Anexo.
5. Não existem situações que conduzam ou possam conduzir à obsolescência ou perda de valor de imobilizações, resultantes de progresso tecnológico ou de condições de mercado, e as que existem foram devidamente consideradas nas demonstrações financeiras.
6. Registámos e divulgámos, consoante o apropriado, todos os compromissos assumidos e todas as responsabilidades, reais ou contingentes, incluindo naquelas as respeitantes a benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, assim como todas as garantias prestadas a terceiros.
7. Para além das constantes das demonstrações financeiras, não há quaisquer reclamações relativas a litígios existentes ou esperados.
8. Não há acordos com instituições envolvendo compensação de saldos ou restrições de movimentação de dinheiro ou linhas de crédito ou acordos similares.
9. É completa a informação que vos foi prestada sobre a identificação das partes em relação de dependência e sobre os respectivos saldos e transacções.
10. Para além do que está divulgado nas notas do Anexo não se verificaram acontecimentos subsequentes ao fecho das contas que requeiram ajustamento ou divulgação nas notas.
11. Não temos projectos ou intenções que de uma forma significativa possam afectar os saldos ou a classificação de activos ou passivos constantes das demonstrações financeiras.
12. Não temos projectos ou intenções de encerrar ou alienar linhas de produção, nem planos de abandonar ou reduzir actividades, ou quaisquer outros planos ou intenções dos quais possam resultar excessos, obsolescência ou perda de valor de existências, nem perdas de valor de imobilizações.

13. A empresa cumpriu as obrigações derivadas de contratos e de disposições legais e regulamentares, cujo incumprimento, a verificar-se, teria um efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras.
14. Foram cumpridas todas as obrigações fiscais e parafiscais. As responsabilidades respeitantes a impostos e contribuições, vencidos ou não, diferidos ou contingentes (verbas de impostos e contribuições, multas e coimas e juros contados até à data do balanço) estão integral e apropriadamente escrituradas ou divulgadas.
15. As despesas escrituradas como confidenciais relacionam-se com o curso normal dos negócios da sociedade.
16. Não se verificaram irregularidades envolvendo os administradores / gerentes, directores ou empregados, que possam ter efeito relevante nas demonstrações financeiras.
17. Os prejuízos resultantes de eventuais sinistros que possam ocorrer e afectem a continuidade das operações estão cobertos por seguros contratados por capitais suficientes.
18. Não temos projectos ou intenções de acções que possam pôr em causa a continuidade das operações.
19. Foi-vos dado conhecimento de todas as situações que possam afectar as demonstrações financeiras.

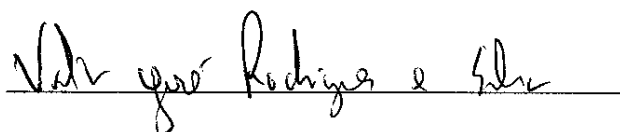
Porto, 12 de Abril de 2018

Pelo Órgão de Gestão  
**FJ - CORRETORES DE SEGUROS LDA**

À Gerência  


---

O Contabilista Certificado



---



## **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

### **RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

#### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **FJ – CORRETORES DE SEGUROS, LDA.**, que compreendem a o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de **63.282,40 euros** e um total de capital próprio de **44.156,91 euros**, incluindo um resultado líquido de **3.903,81 euros**), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **FJ – CORRETORES DE SEGUROS, LDA.** em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística”.

#### **Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística”.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e



— comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

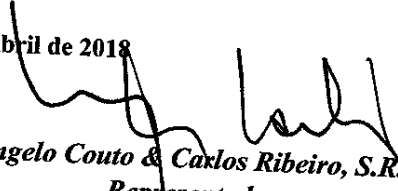
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

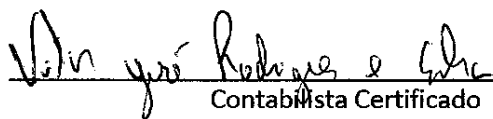
Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.


São João da Madeira, 12 de Abril de 2018

  
*Ângelo Couto & Carlos Ribeiro, S.R.O.C.*  
*Representada por:*  
*Ângelo Manuel Oliveira Couto, R.O.C. n.º 590*

Valores em Euro

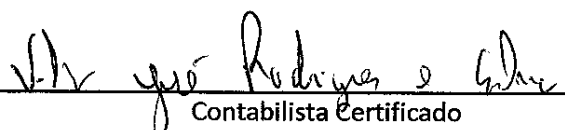
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2017	31/12/2016
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	3.2/9	1 467,65	6 884,87
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Activos intangíveis			
Activos biológicos			
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial			
Outros investimentos financeiros	7	433,54	203,75
Créditos a receber			
Ativos por impostos diferidos			
<b>Total do Activo não corrente</b>		<b>1 901,19</b>	<b>7 088,62</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários			
Activos biológicos			
Clientes			
Estado e outros entes públicos	3.5/10	2 918,52	2 569,74
Capital subscrito e não realizado			
Outros créditos a receber	3.7/11/20.6	9 652,09	420,00
Diferimentos		733,71	834,71
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros			
Activos não correntes detidos para venda		10 034,57	
Caixa e depósitos bancários	3.11/4/19	38 042,32	37 821,37
<b>Total do Activo corrente</b>		<b>61 381,21</b>	<b>41 645,82</b>
<b>Total do Activo</b>		<b>63 282,40</b>	<b>48 734,44</b>

  
 Contabilista Certificado

**FJ - CORRETORES DE SEGUROS LDA**  
 A Gerência  
  
 Gerência



RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2017	30/12/2016
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital subscrito	12	60 000,00	60 000,00
Acções (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais	13	3 192,65	2 412,51
Outras reservas	13	10 186,26	10 186,26
Resultados transitados		-33 125,81	-47 948,52
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio			
Resultado líquido do período	10	3 903,81	15 602,85
Interesses que não controlam			
<b>Total do Capital próprio</b>		<b>44 156,91</b>	<b>40 253,10</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras dívidas a pagar			
<b>Total do Passivo não corrente</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	3.8	325,72	
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	3.5/10	4 778,38	6 016,33
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar	3.8/15/20.6	14 021,39	2 465,01
Diferimentos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
<b>Total do Passivo corrente</b>		<b>19 125,49</b>	<b>8 481,34</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>19 125,49</b>	<b>8 481,34</b>
<b>Total do Capital Próprio e Passivo</b>		<b>63 282,40</b>	<b>48 734,44</b>


  
 Contabilista Certificado

FJ - CORRETORES DE SEGUROS LDA  
 Gerência  
  
 Gerência

**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA**  
**Período findo em 31 de Dezembro de 2017**

Valores em Euro

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2017	31/12/2016
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores	15/17	-10 982,31	-25 423,35
Pagamentos ao pessoal	6/18	-42 941,66	-39 382,20
Caixa gerada pelas operações		-53 923,97	-64 805,55
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	10	-2 049,53	-147,20
Outros recebimentos/pagamentos	4/15/20.3/20.6	33 299,73	84 092,34
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-22 673,77	19 139,59
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis	9	0,00	-12 028,30
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros	7	-172,12	-164,32
Outros activos	19	18 760,00	0,00
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros	7	34,57	0,00
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		18 622,45	-12 192,62
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		-5 727,73	-6 030,30
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento	4	10 000,00	-12 000,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		4 272,27	-18 030,30
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		220,95	-11 083,33
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	37 821,37	48 904,70
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	38 042,32	37 821,37

  
 Contabilística Certificado

**FJ - CORRETORES DE SEGUROS LDA**  
 Gerência  
  
 Gerência

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**

Período findo em 31 de Dezembro de 2017

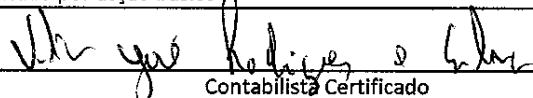
Valores em Euro


RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2017	31/12/2016
Vendas e serviços prestados	20.2/20.3	134 493,80	101 254,16
Subsídios à exploração		1 771,61	5 533,70
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	17	-58 620,38	-50 247,28
Gastos com o pessoal	6/18	-60 420,38	-47 695,90
Imparidade de inventários (perdas / reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)			
Provisões (aumentos / reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor			
Outros rendimentos		57,67	23 500,46
Outros gastos		-5 727,73	-5 915,16
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>11 554,59</b>	<b>26 429,98</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	9	-5 417,22	-6 220,90
Imparidade de Investimentos depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)			
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>6 137,37</b>	<b>20 209,08</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	7	58,63	58,60
Juros e gastos similares suportados		0,00	-47,60
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>6 196,00</b>	<b>20 220,08</b>
Imposto sobre o rendimento do período	10	-2 292,19	-4 617,23
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>3 903,81</b>	<b>15 602,85</b>

Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluindo no resultado líquido do período			
--	--	--	--

Esta informação apenas será fornecida no caso de contas consolidadas

<b>Resultado líquido do período atribuível a:</b>			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Interesses que não controlam		0,00	0,00
Resultado por acção básico			

  
Contabilista Certificado

FJ - CORRETORES DE SEGUROS LDA  
  
Gerência

FJ Corretores de Seguros Lda  
 Av. Bealécia Nº205 - Loja E  
 4850-115 Porto  
 503 453 900  
 68 000,00 €

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO  
 NO PERÍODO 2016**

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Interesses que não controlam	Total	Total do Capital Próprio
		Capital Subscrito	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Alterações de outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período				
<b>POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1</b>	10/2015	50 000,00	0,00	0,00	2 412,51	10 186,26	-35 231,38	0,00	0,00	7 882,26	45 249,65	0,00	45 249,65	0,00	0,00
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização do excedente de revalorização															
Excedentes de revalorização															
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio															
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>															
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>															
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>															
Realizações de capital															
Realizações de prémios de emissão															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
<b>POSICÃO NO FIM DO PERÍODO</b>		60 000,00	0,00	0,00	2 412,51	10 186,26	47 948,52	0,00	0,00	15 602,85	40 253,10	0,00	40 253,10	0,00	0,00

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO  
 NO PERÍODO 2017**

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Interesses minoritários	Total	Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período				
<b>POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N</b>	10/2016	60 000,00	0,00	0,00	2 412,51	10 186,26	47 948,52	0,00	0,00	15 602,85	40 253,10	0,00	40 253,10	0,00	0,00
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização do excedente de revalorização															
Excedentes de revalorização															
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio															
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>															
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>															
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>															
Realizações de capital															
Realizações de prémios de emissão															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
<b>POSICÃO NO FIM DO PERÍODO</b>		60 000,00	0,00	0,00	3 192,65	10 186,26	-33 125,81	0,00	0,00	3 903,81	44 156,91	0,00	44 156,91	0,00	0,00

*Dr. José Rodrigues e Góme*  
 Contabilista Certificado

**FJ - CORRETORES DE SEGUROS LDA**  
 Gerência



**ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**  
**31 de Dezembro de 2017**

**1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE**

**1.1 – Designação da entidade:**

FJ – Corretores de Seguros Lda

**1.2 - Sede:**

Av<sup>ª</sup> da Boavista Nº205 Loja E – 4050-115 Porto

**1.3 - NIPC:**

503453900

**1.4 - Natureza da actividade:**

A FJ – Corretores de Seguros Lda., tem como actividade principal a mediação de seguros no âmbito dos ramos Vida e não Vida e a prestação e assistência ao longo do período de vigência do contrato aos nossos clientes espalhados por todo o país, os nossos serviços encontram-se centrados na zona Norte do país, cidade de Lisboa e arquipélago dos Açores.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Gerência em 19 de Março de 2018. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Sócios, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

É do entendimento do Gerência que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

**1.5- Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de Euro.**

**2 - REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**2.1 – Referência contabilística de preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo decreto-lei nº 158/2009 de 13 de Julho, face ao previsto no nº1 do artigo 3º desse diploma, com as devidas alterações introduzidas pelo Decreto Lei Nº98/2015 de 2 de Junho, que define como aplicação

das NCRF a Norma Contabilística para Micro Entidades (NC-ME), dando a possibilidade facultativa da aplicação da NCRF para Pequenas Entidades.

De referir que as notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

**2.2 – Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.**

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

**2.3 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.**

As quantias relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2017, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

### **3. PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS:**

#### **3.1. Bases de apresentação**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

#### **3.2. Activos fixos tangíveis**

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2011, encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações.

Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil máximo dado através das taxas máximas aplicáveis constantes no DR nº 25/2009.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida estimada:

Activo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	8 anos
Equipamento de transporte	4 a 8 anos
Equipamento administrativo	3 a 10 anos
Outros activos fixos tangíveis	4 a 10 anos

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos tangíveis foram registadas como gastos do período.

O desreconhecimento dos activos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

### 3.3. Activos fixos intangíveis

Os activos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida estimada:

Activo fixo tangível	Vida útil estimada
Projectos de desenvolvimento	3 anos
Programas de computador	3 anos
Elementos de propriedade industrial 3 a 5 anos	3 a 5 anos

### 3.4. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

#### Locações em que a Empresa age como locatário

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos, reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

### 3.5. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

**Imposto corrente:** o imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

**Imposto diferido:** os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.



São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

### **3.6. Rédito**

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido no momento cobrança dos recibos, ou no momento em que as comissões nos são creditadas.

### **3.7. Clientes e Outras Contas a receber**

As dívidas de clientes e outras contas a receber estão mensuradas ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade.

As perdas por imparidade (ajustamentos) de dívidas de clientes encontram-se constituídas de acordo com o critério económico, ou seja, tomando em consideração o risco efetivo de cobrança

### **3.8. Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.

### **3.9. Dívidas a Terceiros em Moedas Estrangeira**

Os saldos expressos em moeda estrangeira estão atualizados aos câmbios oficiais em vigor à data do balanço.

### **3.10. Especialização dos exercícios**

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas, com exceção das comissões dos recibos cobrados. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e

os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «outras contas a receber e a pagar» e «diferimentos».

### 3.11. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

### 3.12. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

## 4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses), detalhados da seguinte forma:

Meios Financeiros Líquidos referidos no balanço	2017			2016		
	Disponíveis para uso	Indisponíveis	Total	Disponíveis para uso	Indisponíveis	Total
<b>Caixa</b>						
Numerário	713,21	0,00	713,21	14.800,70	0,00	14.800,70
<b>SubTotal</b>	<b>713,21</b>	<b>0,00</b>	<b>713,21</b>	<b>14.800,70</b>	<b>0,00</b>	<b>14.800,70</b>
<b>Depósitos bancários</b>						
Depósitos à ordem	15.562,42	0,00	15.562,42	21.013,98	0,00	21.013,98
Depósitos a prazo	21.766,69	0,00	21.766,69	2.006,69	0,00	2.006,69
<b>SubTotal</b>	<b>37.329,11</b>	<b>0,00</b>	<b>37.329,11</b>	<b>23.020,19</b>	<b>0,00</b>	<b>23.020,19</b>
<b>Total</b>	<b>38.042,32</b>	<b>0,00</b>	<b>38.042,32</b>	<b>37.821,37</b>	<b>0,00</b>	<b>37.821,37</b>

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da FJ – Corretores de Seguros Lda.

## **5. POLITICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:**

Foram efetuadas alterações às políticas contabilísticas de depreciação de viaturas dado as mesmas permaneceram ao serviço da empresa sempre mais de 6 anos, não foram efetuadas alterações de estimativas, bem como não foram detetados erros que afetem a comparabilidade das demonstrações financeiras.

## **6. PARTES RELACIONADAS**

### **6.2 - Remunerações do pessoal chave da gestão:**

As remunerações do pessoal chave de gestão da Empresa nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2017, ascenderam a 42.192,17 euros e 51.958,37 euros respectivamente.

### **6.3. Transacções partes relacionadas**

Não aplicável.

### **6.4. Saldos entre partes relacionais**

Não aplicável.

## **7. INVESTIMENTOS FINANCEIROS**

Relativamente a investimentos financeiros, resultam unicamente das contribuições para o Fundo de Compensação do Trabalho, e que se resumem aos seguintes movimentos.

<b>Activo Bruto</b>	<b>Movimentos 2017</b>	<b>Valorização</b>	<b>Saldo final em 31/12/2017</b>
Fundo Compensação do Trabalho	398,97	34,57	433,54
<b>Total</b>	<b>398,97</b>	<b>34,57</b>	<b>433,54</b>

## 8. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Não existem contabilizados valores de activos intangíveis, nem foram adquiridos durante 2016.

## 9. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Activo Bruto	Saldo inicial em 01/01/2017	Aquisições/Aumentos	Alienações/Abates	Reavaliações	Regularizações	Saldo final em 31/12/2017
Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	912,56	0,00	0,00	0,00	0,00	912,56
Equipamento Básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento transporte	64.455,02	0,00	0,00	0,00	0,00	64.455,02
Equipamento administrativo	48.140,46	0,00	0,00	0,00	0,00	48.140,46
Outros activos fixos tangíveis	23.015,40	0,00	0,00	0,00	0,00	23.015,40
Activos fixos tangíveis em cursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>136.523,44</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>136.523,44</b>

Depreciações Acumuladas	Saldo inicial em 01/01/2017	Depreciações Período	Alienações/Abates	Reavaliações	Regularizações	Saldo final em 31/12/2017
Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	730,03	91,26	0,00	0,00	0,00	821,29
Equipamento Básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento transporte	58.468,05	4.968,33	0,00	0,00	0,00	63.436,38
Equipamento administrativo	47.425,09	357,63	0,00	0,00	0,00	47.782,72
Outros activos fixos tangíveis	23.013,40	0,00	0,00	0,00	0,00	23.015,40
Activos fixos tangíveis em cursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>129.636,57</b>	<b>5.417,22</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>135.055,79</b>

**Valor Líquido contabilístico 31/12/2017 - 1.467,65 €**

## 10. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco ou dez anos para a Segurança Social, conforme regime transitório previsto na lei 17/2000 de 8 de Agosto), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa dos anos de 2013 a 2014, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

Os gastos com impostos sobre o rendimento, reconhecidos na Demonstração de Resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, podem ser detalhados como se seguem:

	2017	2016
Resultado Líquido do Exercício	3.903,81	15.602,85
Acréscimos à matéria coletável	0,00	4.617,23
Deduções à matéria coletável	0,00	0,00
Lucro/Prejuízos Fiscais	3.903,81	20.220,08
Dedução de Prejuízos Fiscais	0,00	0,00
Matéria coletável – MC	3.903,81	20.220,08
Anulação da MC pela compensação do prejuízo da FD	0,00	0,00
IRC Liquidado	1.053,32	3.646,22
Derrama	61,96	200,16
Tributação autónoma	1.176,91	770,85
Estimativa imposto corrente do período	2.292,19	4.617,23
Imposto diferido	0,00	0,00
Ajustamentos estimativas períodos anteriores	0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento	2.292,19	4.617,23
Taxa efectiva de Imposto	37,00 %	23,10 %

Em 31 de Dezembro de 2017 o saldo da conta Estado e Outros Entes Públicos apresentava as seguintes quantias:

	2017	2016
Imposto Estimado	2.292,19	4.617,23
IRS	826,25	419,05
Segurança Social	1.659,94	980,05
IVA a pagar	0,00	0,00
Imposto Selo	0,00	0,00
Total a favor do Estado	4.778,38	6.016,33

### 11. Clientes e Outras Contas a Receber

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica de Clientes e Outras contas a receber da Empresa não tiveram qualquer movimento, sendo que as Outras Contas a Receber serão tratadas em ponto posterior e objecto de nota especifica.

	2017		2016	
	Mensurado ao custo	Imparidades acumuladas	Mensurado ao custo	Imparidades acumuladas
Clientes Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Devedores	9.652,09	0,00	420,00	0,00
<b>Total</b>	<b>9.652,09</b>	<b>0,00</b>	<b>420,00</b>	<b>0,00</b>

### 12. Capital

Em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016, o capital da Empresa, era composto por duas quotas com o valor nominal de 5.985,60 Euros e outra de 54.014,40 Euros.

### 13. Reservas

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016, as reservas apresentaram o seguinte movimento:

	2017	2016
Reservas Legais	3.192,65	2.412,51
Reservas Livres	10.186,26	10.186,26
<b>Total</b>	<b>13.378,91</b>	<b>12.598,77</b>

#### 14. LOCAÇÕES

Em 2017 a empresa não tem bens adquiridos neste regime.

#### 15. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica de Outras contas a pagar apresentavam a seguinte composição, ressalvando-se que a conta de Outros Devedores e Credores, serão tratadas em ponto posterior, objecto de nota específica:

	2017	2016
Pessoal	0,00	0,00
Accionistas/Socios	10.000,00	0,00
Fornecedores Imobilizado	0,00	0,00
Credores por Acréscimo	1.995,05	773,81
Devedores por Acréscimos	0,00	0,00
Remunerações	0,00	1.691,20
Outros Credores	2.026,34	0,00
<b>Total</b>	<b>14.021,39</b>	<b>2.465,01</b>

#### 16. RÉDITO

Tratado e explicado em ponto específico, concretamente o ponto 20, em conformidade com a Norma Regulamentar Nº15/2009-R de 30/Dezembro, aplicado à mediação de seguros.

#### 17. Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 2017 e em 2016 é detalhada conforme se segue:

	2017	2016
Subcontratos	822,13	1.661,70
Serviços Especializados	28.938,24	24.583,26
Materiais	3.784,08	2.396,41
Energia e Fluidos	4.416,17	4.122,76
Deslocações, Estadas e Transportes	16.283,24	14.329,62
Serviços diversos	4.376,52	3.153,53
<b>Total</b>	<b>58.620,38</b>	<b>50.247,28</b>

## 18. Gastos com Pessoal

A rubrica de Gastos com Pessoal nos exercícios findos em 2017 e em 2016 é detalhada conforme se segue:

	2017	2016
Remunerações do órgão social	16.500,00	16.000,00
Remunerações do pessoal	35.458,37	26.192,17
Indemnizações ao pessoal	0,00	0,00
Encargos sobre remunerações	6.475,28	4.717,19
Seguros de acidentes de trabalho	486,73	366,54
Gastos de acção social	0,00	0,00
Outros gastos com pessoal	1.500,00	0,00
<b>Total</b>	<b>60.420,38</b>	<b>47.695,90</b>

Em termos de horas trabalhadas para o ano de 2017 foram de 7.445 h no seu global, sendo que no ano de 2016 foram 6.578 h.

## 19. Garantias e Compromissos

Em 31 de Dezembro de 2017, a Empresa tinha um depósito bancário garantia prestada no valor de 18.760,00 Euros, a favor do cliente SOLTALGARISMO – Contabilidade e Auditoria Lda conforme cumprimento no disposto na alínea d) do nº 1 do artº 19 do Decreto-Lei 144/2006 de 31 de Julho.

## 20. Prestação serviço de mediação de seguros (Norma Regulamentar Nº15/2009-R de 30/12)

### 20.1 – Políticas contabilísticas para reconhecimento das remunerações

O reconhecimento das remunerações realizam-se no momento do pagamento do prémio pelo segurado, o qual confere à nossa entidade o direito a uma comissão.

### 20.2 – Remunerações recebidas desagregadas

Sobre o total das remunerações recebidas, no ano de 2017, referem-se somente em numerário, não existindo remunerações em espécie, sendo que tais remunerações, são comissões sobre mediação de seguros (comissão sobre prémios pagos pelos tomadores de seguros) e eventualmente Royalties, caso existam, que em linguagem das empresas de seguros é chamado **Over**, que configura um prémio atribuído pelas companhias de seguros por se terem alcançado determinado objectivo. Tais remunerações dividem-se como segue:



	2017
Comissões	134.493,80
Royalties (Over/incentivo por objectivos alcançados)	0,00
<b>Total</b>	<b>134.439,80</b>

### 20.3 – Remunerações contratos de seguros

Na desagregação das remunerações recebidas, nos termos da Norma Regulamentar os dados foram os seguintes:

	2017
<b>Ramo Vida/Fundos de Pensões</b>	
Zurich Vida	121,55
Generalli Vida	3.840,91
Metlife	254,87
Real Vida	4.438,48
Seguradoras Unidas	349,58
AGEAS	310,44
<i>Sub-total</i>	<b>9.315,83</b>
<b>Ramo Não Vida</b>	
Fidelidade	3.441,96
Allianz	43.031,78
Mapfre	295,96
Zurich	1.332,45
Ageas	3.266,42
Generalli	11.391,80
AIG	1.638,91
Liberty	15.958,39
Seguradoras Unidas	35.838,70
Lusitânia	5.648,70
Caravela	1.709,90
Giant	765,00
GI Insurance – Loyd's	858,00
<i>Sub-total</i>	<b>125.177,97</b>
<b>Total</b>	<b>134.493,80</b>

#### 20.4 – Concentração empresas de seguros

No seguimento da análise do ponto anterior, verifica-se que a companhia de seguros **Seguradoras Unidas** representa 26,6€% e **ALLIANZ** representa 32 %, do total das remunerações obtidas em 2017.

#### 20.5 – Movimento de Fundos relativos a Contratos de Seguros

Não existiram no ano movimentos desta espécie.

#### 20.6 – Contas Receber e Pagar

As contas receber e pagar, relacionadas com as companhias de seguros, são contas meramente de transações, onde se registam prémios de seguros recebidos diretamente que posteriormente compensam com as prestações de contas às companhias de seguros.

	Valores Recebidos	Valores Pagos
<b>Fundos recebidos por conta das empresas de seguros</b>		
Fidelidade Mundial	21.040,35	21.040,35
Allianz Portugal S.A.	43.438,44	43.438,44
MAPFRE S.A.	2.702,96	2.524,97
AGEAS	17.180,98	19.207,32
GENERALI S.A.	40.976,54	37.135,63
Real Vida S.A.	1.570,52	1.570,52
AIG	3.338,36	3.338,36
LIBERTY	32.979,23	30.673,42
Seguradoras Unidas S.A.	116.384,45	114.102,99
GENERALI VIDA S.A.	91,84	45,92
Lusitania S.A.	2.127,86	2.127,86
ARAG	386,95	386,95
CARAVELA	3.592,93	3.592,93
GIANT S.A.	750,00	750,00
Fundos em cobrança	0,00	0,00
Fundos confiados (a transferir tomadores de seguros, seguradoras e beneficiários)	0,00	0,00
Remunerações prémios de seguro (cobrados e por cobrar)	0,00	0,00
Outras quantias	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>286.561,41</b>	<b>279.935,66</b>

#### **20.7 – Análise da idade das contas a receber**

Na data de 31/12/2017 não existiam contas a receber, cujo tempo de mora originem o registo de quaisquer imparidades.

#### **20.8 – Garantias**

Não existiram no ano garantias ou constituição de garantias a títulos de caução ou aumentos de crédito.

#### **20.9 – Transmissão de carteira de seguros**

Não existiram no ano transmissão de carteira de seguros.

#### **20.10 – Contratos cessados por empresas seguros**

Não existiram no ano cessação de contratos com empresas de seguros nos termos previsto da norma regulamentar.

#### **20.11 – Natureza de obrigações**

Não existiram no ano operações relacionadas com obrigações materiais.

#### **20.12 – Nível remunerações de empresas de seguros/Fundos**

O nível de remunerações, no ano de 2017, mantiveram-se com as suas taxas inalteradas.

### **21. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO**

Após a data de balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afectem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

### **22. MATÉRIAS AMBIENTAIS**

Não é do conhecimento da FJ – Corretores de Seguros Lda a existência de quaisquer passivos contingentes, ou de qualquer obrigação presente proveniente de acontecimentos passados relativo a matérias ambientais, pelo que não se



encontram registadas quaisquer provisões de carácter ambiental, nem existem passivos de carácter ambiental, materialmente relevantes, incluídos no balanço.

### 23. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) À data de 31 de Dezembro de 2017 não existiam dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos.
- b) À data de 31 de Dezembro de 2017 a FJ – Corretores de Seguros Lda, tinha ao serviço 5 trabalhadores.
- c) Nota explicativa da actividade da Empresa:

Conforme relatório de Gestão.

A Administração  
  
FJ - CORRETORES DE SEGUROS LDA  
A Gerência

Contabilista Certificado  
(CC Nº 67150)

